

**EM DEFESA
DOS SERVIÇOS
PÚBLICOS**

**VALORIZAÇÃO
DOS/AS
SERVIDORES/AS**

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO ALAGOANA

Alagoas é o estado brasileiro em que 92% da população depende exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS) e 86,45% dos estudantes da educação básica estão matriculados na rede pública.

Sem os 44,6 mil profissionais da saúde, a população alagoana não teria acesso aos postos de saúde e hospitais públicos. Sem os mais de 28 mil professores, os/as filhos/as do povo alagoano estariam pelas ruas, sem acesso à educação. Sem os mais de 8,5 mil policiais civis e militares, Alagoas estaria totalmente desprovida de segurança pública.

Mesmo sendo tão importantes e necessários, os/as servidores/as públicos são apenas 12,45% do total de trabalhadores em nosso país, percentual menor que nos Estados Unidos (13,55%) - que não tem saúde pública - e muito inferior a países caracterizados pela política de bem-estar social, como a Dinamarca (30,22%).

Ou seja, faltam funcionários/as públicos/as para melhorar os serviços ofertados à população no Brasil. Então, por que se espalham mentiras dizendo que há muitos servidores públicos e que estes ganham muito e trabalham pouco?

A verdade é que seus salários não são altos, uma vez que 70% dos servidores públicos recebem até R\$ 5 mil. O Judiciário Federal é quem concentra as maiores remunerações, enquanto os salários mais baixos estão nos cargos ligados ao Poder Executivo, onde se encontra a maior parte dos profissionais do setor público. Hoje, 60% dos servidores públicos são agentes municipais e têm a

média salarial de R\$ 2.616,00 - cerca de 2 salários mínimos.

Quem propaga mentiras contra o serviço público não quer "modernizar" ou "aperfeiçoar", quer destruí-lo e transformá-lo em serviço pago para enriquecer às custas do povo. E é esse o objetivo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32/2020, conhecida como "Reforma Administrativa" - que pode ser melhor intitulada como PEC do desmonte e da corrupção -, projeto de Jair Bolsonaro e Paulo Guedes, e que o presidente da Câmara dos Deputados/as, Arthur Lira (PP-AL), quer incluir na votação do plenário.

Na realidade, isso só interessa a um pequeno punhado de super-ricos, que se preocupa apenas em cobrar caro, sem melhorar em nada a qualidade do atendimento. Além disso, sob o argumento de "necessários" cortes de gastos públicos, a PEC nº 32 tenta reduzir o quadro de servidores efetivos concursados, substituindo-os por trabalhadores terceirizados, temporários ou, principalmente, indicados políticos, abrindo grande espaço para "rachadinhas" e outras práticas corruptas.

Por tudo isso, as entidades abaixo-assinadas apresentam ao povo alagoano seu posicionamento em defesa do serviço público brasileiro, dos/as trabalhadores municipais, estaduais e federais e, em especial, da população usuária dos serviços prestados pelo Estado brasileiro.

Bem assim, reafirmam seu compromisso em lutar pela valorização do serviço e do/a servidor/a público, contra as privatizações e contra a "Reforma Administrativa".